

A RADIODIFUSÃO NA AMAZÔNIA NOS ANOS 20: ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Érito Vânio Bastos de Oliveira*

1. A germinação do rádio na Amazônia: o grupo dos fundadores

Durante todo o mês de maio até o dia 08 de junho de 2008 esteve em cartaz, no espaço cultural dedicado principalmente às atividades teatrais – o espaço Cuíra - o espetáculo chamado “PRC-5: A voz que fala e canta para a planície”. Pelo título, percebe-se a referência a uma emissora de rádio e, pela orquestração semântica das palavras, outro dado foi informado ao leitor ou espectador leigo: o termo “planície” aporta, desde logo, indícios de uma emissora radiofônica específica e, durante muito tempo, única. A emissora que se tornou a “voz” para uma cidade e, por fim, para uma vasta região de um Brasil setentrional: a Rádio Clube do Pará, a primeira mídia de maior repercussão social e cultural para o conjunto de uma população de uma região chamada e entendida como Amazônia.

Doravante, de volta a peça, algumas questões podem aparecer, a partir da observação atenta, de algumas referências pontuais: a primeira delas seria indagar o porquê de encenar uma peça teatral sobre um meio de comunicação como o rádio? Quais os significados, a importância e os possíveis interesses envolvidos? A segunda, por sua vez, seria lançar um olhar questionador sobre a cronologia da peça, portanto, por que foi encenada do final de abril até início de junho de 2008? Procurar responder a essas perguntas podem dizer muito sobre as razões dessa peça sobre a Rádio Clube. Iniciando pela última, o ano de 2008 é importante porque é a simbologia de uma nascença, de um aniversário... de oitenta anos! Em 22 de abril de 1928 nasceu na capital paraense, a primeira emissora de rádio da Amazônia e, desde então, foram construídas historicamente imagens que constelavam a emissora à cidade de Belém, ao morador interiorano, ao habitante da planície amazônica. Uma das diretoras da peça, Karine Jansen, enfatizou que esta peça foi “uma forma de contar com singeleza a

história da minha cidade, da cidade em que nasci, vivo e atuo”¹. Dito dessa maneira, encenar uma peça sobre a primeira rádio de Belém foi extrapolar fronteiras de significados e simbologias, do presente para o passado e, deste para o hoje, e por que não dizer, para o amanhã!

Para alguns, foi arrumar as malas e embarcar de volta para o passado! E que passado sentido e revivido seria esse? As reações, os gestos e comentários de uma parte significativa da platéia, vinda de uma geração que nasceu ouvindo apenas rádio, pareceu sugerir se tratar de um passado lúdico, saudoso, sentimental e, portanto, próximo, evocando um “clima familiar” e, o que é muito importante, de cada um deles, desses pais e avós que aprenderam, sonharam e se divertiram ouvindo a PRC-5, “a voz que fala e canta para a planície”!

Então, mas quando essa “planície” passou a ouvir a sua voz? E a cidade de Belém a escutar seus sons e chiados? Mais uma vez, o itinerário e o movimento desse passado podem ser sugeridos nos próprios indícios encontrados na construção e apresentação da referida peça. O seu autor foi o jornalista, radialista e produtor cultural Edir Augusto Proença, um dos netos de Edgar Proença, celebrado fundador da emissora para a “planície”. Edir Proença ao escrever essa peça, ambientada nas memórias do seu avô e do seu pai, Edyr Proença, firmava uma genealogia fundadora e consolidadora, há tempos, construída e reconhecida na memória e história do rádio paraense. Edir organizou a ação, a trama na encenação de um dia inteiro de programação, onde nove atores procuram “reviver a época da primeira emissora de Belém”. Outro dado importante refere-se à cronologia da ação teatral representada, recortando e “reportando” ao período entre 1938 a 1945, caracterizado na peça como o das radionovelas, das narrativas de futebol, das atrações musicais e das mensagens radiofônicas. Enfim, no preâmbulo, no ensaio dessa história podemos devanear nas interconexões entre memória e história, um pouco sobre esse trajeto social, cultural e sensível “de uma história que não foi esquecida, mas, talvez, ficou um pouco

*Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, sob a orientação do Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo.

¹ Peça teatral intitulada *PRC-5: A voz que fala e canta para a planície*, comemorativa aos 80 anos de existência da Rádio Clube do Pará, e dirigida por Karine Jansen e Wlad Lima

adormecida”, como lembra Karine Jansen, até porque “a cidade ainda vive a Rádio Clube, ainda vive essa idéia”².

Esta comunicação busca as margens, os significados, os movimentos, as matrizes dessa “idéia”, responsável por uma proto-história, pelo advento e nascimento do rádio na Amazônia.

“Aliás, o que parece é que foi ontem que tudo começou, seguindo a linha de entusiasmo de Roquette Pinto, que fundara no Rio a sua emissora, sendo seu gesto imitado em Ribeirão Preto e, depois, pelos irmãos Moreira Pinto, em Pernambuco.”³ Começou dessa maneira, a narração memorialística do homem de rádio Edyr Proença, filho de um dos pioneiros e fundadores do rádio na Amazônia, quando escreveu, em dezembro de 1988, para uma edição comemorativa do caderno da TV Cultura do Pará, lembrando e “contando” sobre a história inicial da primeira emissora de rádio da Amazônia, a Rádio Clube do Pará. Fazendo referência sobre como tudo começou, como surgiu e foi organizada a emissora paraense, dando nota às mentes e corações que construíram o perfil e fizeram a “voz” da rádio, essa história “contada” faz emergir detalhes e indícios das práticas, contatos, movimentos e idéias de um grupo específico, responsável pelo advento do rádio na Amazônia.

Como homem das comunicações, vivendo no rádio e na imprensa, Edyr prossegue, contando, comunicando sobre as matrizes e as referências que orientaram o surgimento da emissora paraense, ao lembrar que “Eram as Rádio Clube, que inspiraram o grupo liderado por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio dos Santos a fundar a do Pará”⁴. Mergulhando nessas memórias precisamos ter o cuidado de não sermos reféns delas, de sua assumida autoridade! Edyr Proença narra as suas memórias sobre a trajetória da Rádio Clube do Pará no momento de comemoração dos sessenta anos de existência desse veículo de comunicação em terras amazônicas, se apresentando como “guardião” de uma memória e legítimo continuador de uma genealogia das comunicações no Pará, sobretudo da radiodifusão.

Ao se referir diretamente sobre como surgiu a Rádio Clube do Pará, o nosso homem do rádio trouxe informações que alavancam um mito fundador na radiodifusão

² Ver o vídeo PRC-5 TVJA, postado no dia 18/05/2008 no youtube.

³ Depoimento de Edyr Proença publicado no Caderno TV Cultura canal 2 – Edição comemorativa dos três anos da Rádio Cultura FM, no dia 01 de dezembro de 1981.

⁴Ibidem.

amazônica, personificada na trindade fundadora composta do advogado Camelier, do telegrafista Pio dos Santos e do jornalista e colunista social Edgar Proença. Esses três homens foram considerados, na memória social sobre as comunicações no Pará, como os líderes do grupo de fundadores da primeira emissora de rádio da Amazônia. Todavia, algumas perguntas cabem nesse momento! Essa trindade liderou quem? Quem integrou e participou do grupo fundador? Como se formou sociologicamente e qual a proveniência social e até mesmo setorial de seus membros? O que definiria esse grupo e qual a sua significação histórica? Nessa definição do grupo, a conexão com comportamentos políticos foram relevantes? Essa história “contada”, filha de uma memória que mitificou lugares, datas e nomes praticamente nada dizem sobre o grupo liderado, apenas sobre quem os liderou! Quais as razões desse silêncio? Precisamos tentar ouvi-lo melhor?!⁵ (WILLIAMS, 1999: 139-168)

Ainda não. Antes um pouco de buscarmos os fios, as conexões do que foi dito, não dito, lembrado e, não podemos esquecer, o esquecido, precisamos ser cômicos de um dado importante que o nosso Edyr Proença nos trouxe do seu velho baú de histórias e memórias: ele lembra que a “idéia” ou sonho de construir uma emissora de rádio em Belém do Pará, no final da década de 20, não teve um perfil endógeno ou uma conduta paroquiana dos seus fundadores. Aliás, nos deu a entender que tudo só foi possível pelos contatos, pelas comunicações e pelo consumo de informações técnicas e culturais com outras regiões do país e, para além de nossas fronteiras nacionais, com os europeus e norte-americanos. (VIEIRA e GONÇALVES, 2003)

Parte importante desse movimento histórico pode ser recontada na ação de alguns membros do futuro grupo que fundaria o rádio na Amazônia e, nesse caso, particularmente, a lupa enreda o seu viso para o estafeta e, mais tarde, telegrafista Eriberto Pio dos Santos.

1.1. Para além dos cabos, um telegrafista em busca do rádio

Na memória do rádio na Amazônia, ao longo de todo o século XX, também foi dispensado a Eriberto Pio dos Santos um “lugar” diferenciado no panteão dos primórdios e fundadores da futura “Voz do Pará”. As informações sobre a sua

⁵ O autor faz uma análise profícua sobre grupos e círculos culturais.

importância, no futuro meio de comunicação, são fragmentárias e indiciárias: reflexão e dedução precisam caminhar juntas nesse esforço analítico. O primeiro passo, quem nos oferece é o próprio Eriberto Pio dos Santos. A sua trajetória profissional, seus conhecimentos e envolvimento no campo das comunicações, sobretudo, a média e longa distância com a estrada de ferro de Bragança e o Telégrafo, talvez, permitam demonstrar em suas margens, as possíveis conexões desse *background* de experiências, principalmente nas companhias telegráficas e, adiante, no Telégrafo Nacional com o futuro veículo de comunicação, o rádio. (VIEIRA e GONÇALVES, 2003:36-37)

Uma década antes do advento do rádio, Eriberto Pio já entrava em contato e passou a conhecer os mecanismos de funcionamento de outro importante meio de comunicação, o telégrafo. Quando Eriberto Pio passou a trabalhar para a gigantesca e tentacular companhia telegráfica norte-americana Western, o cenário e a trama mundial apresentavam discrepâncias acentuadas: os europeus beligeravam numa guerra por impérios onde os meios de comunicações, como o telégrafo e a radiotelegrafia, desempenhavam funções estratégicas e assumiam usos e significados de armamento contra o inimigo.

Do outro lado do atlântico, os norte-americanos colhiam os frutos de suas revoluções industriais, patenteando invenções e formando grandes empresas e companhias que, em pouco tempo, passariam a dominar o mercado aquecido pelo uso de múltiplas invenções tecnológicas. Assim, foi nesse contexto que encontramos a colossal companhia Western Union que, desde o final do século XIX, já assumia a condição de maior monopólio das comunicações e serviços telegráficos nos Estados Unidos. O historiador inglês Peter Burke lembra que as razões dessa expansão foram que ela se “beneficiou de vantajosos arrendamentos e acordos de franquias, além de suas alianças com empresas de ferrovias”, o que resultou na multiplicação de suas agências, além do crescimento do número de operadores de telégrafo, não apenas em território americano, mas estendendo-se para a América Latina. Dando números a esse movimento de expansão da Western Union, Burke afirma que, no período entre 1870 e 1890, o número de suas agências “aumentou de 3.972 para 19.382”. (BRIGGS e BURKE, 2006: 145)

Nesse período, em terras brasileiras, ocorria a “expansão da rede telegráfica sob o Império” com linhas públicas e particulares ligando as províncias brasileiras pelo

telégrafo, além do desenvolvimento das linhas das estradas de ferro, “modernizaram-se os aparelhos e os materiais das estações acompanhando as recentes inovações na Europa”. A historiadora Laura Antunes Maciel, ao contextualizar esses primeiros momentos do telégrafo brasileiro, nos informa como o governo imperial, apesar das tendências “monopolizadoras” da RGT⁶, orientou-se “para uma postura mais liberal, próxima da praticada pelos EUA, procurando juntar aos esforços públicos os da iniciativa privada”, realizando, dessa maneira, “por meio de inúmeras concessões de linhas telegráficas terrestres – principalmente às estradas de ferro – e cabos submarinos e subfluviais costeiros para comporem a rede telegráfica nacional.”⁷

A capital paraense se uniu e integrou telegraficamente com outras regiões do país, pelos idos de 1886, mas treze anos antes, alguns puderam receber a “fala” do imperador D. Pedro II, através da inauguração de um cabo submarino que ligou as três capitais das províncias da Bahia, Pernambuco e Pará ao Rio de Janeiro. (MACIEL, 1998:50) Nesse tempo, a Amazônia inseria-se no mercado internacional como grande produtora e fornecedora da goma elástica ou *hevea brasiliensis*, movimentando casas comerciais e ativando um fluxo econômico, principalmente na cidade de Belém do Pará. Ladeando a economia e os serviços, estava a diplomacia que se instalara na capital paraense. Informações diplomáticas, de cotações da borracha no mercado internacional, de ordem e despacho de comerciantes e armazéns sobre produtos e serviços, enfim, todo o fluxo econômico necessitava ser acompanhado do informativo, da comunicação, e Belém do Pará dispunha, desde a segunda metade do século XIX, de canais de comunicação terrestres, fluviais e telegráficos, movimentando essas informações com as principais regiões do país, principalmente a capital federal, e com importantes cidades européias e norte-americanas. Destarte, não se tratava apenas de informações, movimentavam-se capitais, instalavam-se agências de companhias estrangeiras, em diversos setores, da eletricidade às comunicações que ajudavam a pintar uma *Belle Époque* amazônica, agora, sob o manto republicano, de fisionomia moderna e internacional, sobretudo, em centros como Belém e Manaus. A companhia

⁶ A RGT ou Repartição Geral de Telégrafos foi o braço institucional e burocrático do governo federal para o projeto de construção de linhas telegráficas, visando “unir e integrar as províncias brasileiras”.

⁷ Sobre os usos, as práticas e os significados da organização e expansão da rede telegráfica no Império e na República Velha, ver o excelente trabalho de Laura Antunes Maciel, *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”, São Paulo: EDUC, 1998. Pg. 51.

telegráfica norte-americana Western Union entrou em cena nesse quadro mais geral de transformações que experimentava cidades como Belém do Pará, atuando com investimentos de capitais e recrutamento de mão-de-obra para funções como a de estafeta. Bem, aqui, nesse ponto, fazemos uma breve pausa, pois reencontramos o nosso personagem Eriberto Pio dos Santos iniciando a sua trajetória na história das comunicações na Amazônia.

Eram os idos de 1915 quando Eriberto Pio dos Santos entrou para Western Union, trabalhando como estafeta da companhia e assimilando uma disciplina de trabalho, além de adentrar no mecanismo de funcionamento de um meio de comunicação com estações emissoras e receptoras, linguagem em código Morse, telegrafistas e envio e recebimento de telegramas.

Daqui em diante, com o aprendizado e as experiências sociais e culturais auferidas no universo de trabalho da companhia Western, o nosso, ainda estafeta, levaria, alguns poucos anos, para, na década seguinte, ser admitido no Telégrafo Nacional. Doravante, não demorou em que ele passasse a operar com o código Morse, sendo mais tarde nomeado telegrafista oficial do Telégrafo Nacional. (VIEIRA e GONÇALVES, 2003: 36)

Encarregado nesta função, por volta de 1924, Eriberto Pio já consumia publicações “com noções práticas sobre o funcionamento do telégrafo”, eram os chamados “manuais” destinados à formação profissional dos trabalhadores do telégrafo. De tal sorte, que nestes, predominavam noções e informações técnicas como a “descrição dos diferentes modelos de aparelhos transmissores e receptores, com diagramas e ilustrações... formas de operação, rápidas noções de eletricidade e eletromagnetismo, etc.”.⁸ (MACIEL, 1998: 76) Provavelmente, ainda, quando Eriberto Pio trabalhava em uma das estações telegráficas mantidas pela estrada de ferro de Bragança⁹, já na condição de funcionário do Telégrafo Nacional, por volta de 1922, tivesse contato com essa literatura técnica destinada “às cadeiras de eletricidade ministradas nos cursos de engenharia nas Escolas Politécnicas e nas academias militares”, mas, passando a ser obrigatoriamente, voltada para o preparo do “pessoal

⁸ Ver sobre os manuais telegráficos.

⁹ Ferrovia que ligava a capital paraense ao município de Bragança, região nordeste do estado, sendo desativada, no entanto, no ano de 1965, durante o regime militar brasileiro, por ordem do então ministro Juarez Távora.

empregado em estações telegráficas mantidas pelas estradas de ferro”. (MACIEL, 1998: 77)

Entendo e defendo, sem medo de errar, que as práticas e conhecimentos auferidos do seu trabalho no telégrafo foram decisivos para o passo seguinte, a criação do rádio em terras amazônicas. Muitos desses conhecimentos voltados para a telegrafia por fios também eram básicos para a sem fios, ou dito de outra maneira, para a chamada radiotelegrafia. Entre os europeus e norte-americanos, as práticas e conhecimentos da radiotelegrafia vinha de um processo de mutações e amadurecimento, pelo menos, desde o final do século XIX, admitindo usos imperialistas e bélicos, principalmente na Grande Guerra Mundial que abriu as portas do século XX. Entre nós, homens da planície, o uso da radiotelegrafia também se fez, de modo similar, com propósitos bélicos e estratégicos. No mesmo ano em que Eriberto Pio se tornou telegrafista e quatro anos antes da fundação da Rádio Clube do Pará, soldados e milícias, por entre os rios da bacia amazônica, durante a Revolta de Óbidos, usaram a radiotelegrafia para transmitir mensagens e mobilizar guarnições. Entre os militares que estavam presentes nesse episódio militar, estava o então tenente Magalhães Barata que, juntamente com outros militares, consideravam-se paladinos da causa tenentista e árdios opositores da forma “oligárquica” de se governar.¹⁰ A oligarquia paraense, reunida no Partido Republicano Federal, no ano seguinte, enfeixava o nome de Dionísio Ausier Bentes como novo governador do Estado do Pará. A história do nosso rádio cruzou e esteve ligada a esse político e seu governo polêmico e controverso. Vamos a ele!

1.2 A política velha à espera do veículo novo

“Lembrei o velho Guiães, aliás, o moço Guiães dos velhos tempos em que andei pela PRC-5, a Rádio Clube do Pará, de que ele foi um dos fundadores, em 1928, ao lado de Roberto Camelier, Eriberto Pio, Gastão Vieira, o então governador Dionísio Bentes...”. (BARROS, 1980: 3) Assim se expressou o jornalista paraense Nilo Franco, autor das memoráveis “Crônicas da Cidade”, sobre a oportunidade em que conheceu o maestro Manuel Guiães de Barros, importante artista do rádio paraense e colocado por

¹⁰ A respeito desses conflitos militares que ocorreram em Belém e na cidade de Óbidos, em 1924, ver os trabalhos de Carlos Rocque, *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999 e *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph.

alguns, como Nilo Franco, no panteão dos fundadores da emissora paraense. Todavia, desculpe-nos o maestro! Porém a sua riquíssima participação no chamado *broadcasting* paraense e na cultura artística das décadas de 30 e 40, na Amazônia, será analisado mais adiante, nos capítulos seguintes deste trabalho. Entre os nomes listados como partícipes da fundação da Rádio Clube do Pará no ano de 1928 aparecia o de Dionísio Ausier Bentes, então governador do Pará e chefe do Partido Republicano Federal, reduto do grupo político fiel a Lauro Sodré. Os lauristas, como também eram reconhecidos, dominavam a cena política paraense durante a República Velha desde 1917, com a derrubada do governador Enéas Martins e a ascensão, pela segunda vez, de Lauro Sodré ao governo do estado. No pleito eleitoral seguinte, a oligarquia laurista colocou no poder Emiliano de Sousa Castro que viu de, perto, estourar um movimento “sedicioso”, um “levante amazônico”,¹¹ em Belém e na cidade de Óbidos, comandado por Assis Vasconcelos e tendo, entre os seus líderes, o tenente Magalhães Barata. Solidarizavam-se com a causa tenentista, opositora e reformadora que acontecia em vários estados da federação, principalmente com as ações militares ocorridas nesse mesmo ano, portanto, em 1924, na cidade de São Paulo, comandadas por Isidoro Dias Alves. O governo legalista de Sousa Castro conseguiu derrotar os “sediciosos”, entregando o poder estadual ao seu sucessor, definido pela oligarquia laurista e que assumiu a partir de 1925, continuando o ciclo oligárquico da política velha. Assim, encontramos Dionísio Bentes como representante oficial da oligarquia que dominava a cena política paraense e, agora, era a sua vez de governar o Estado do Pará.

Destarte, a sua governança foi alvo de fortes críticas, oposições contundentes, principalmente do meio político e de setores da imprensa. Alguns jornais de grande circulação na capital paraense como o “Estado do Pará”, atacavam cotidianamente o governador e as suas medidas de concessão de grandes extensões de terras a particulares e empresas privadas, de maneira discricionária e “arbitrária”, à censura e perseguição que fazia aos seus opositores e órgãos da imprensa. A respeito dessa atmosfera tensa, Abelardo Condurú, que seria alguns anos depois prefeito de Belém, lembra que: “Eu colaborava no Estado, era redator. E o jornal mantinha cerrada

¹¹ Sobre o episódio em Óbidos, chamado por José Ribeiro de “levante amazônico”, conferir do próprio José Ribeiro, em seu livro *Sobre os mosaicos do inferno*, Ed. Irmãos Pongetti: Rio de Janeiro, 1933, pp. 18-25, sendo que um dos raríssimos exemplares encontra-se na seção Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

oposição ao governador. Não gostando das críticas o Dionísio mandou empastelar o ‘Estado’, que durante algum tempo ficou sendo impresso nas oficinas da ‘Folha do Norte...’ ”. (ROCQUE, 1981: 21) Em suas memórias, Abelardo Condurú, afirma ter sofrido perseguição pessoal porque “o governador que mais me perseguiu foi Dionísio. Perseguiu-me de maneira terrível. Por causa dessa perseguição fui obrigado a mudar-me aqui para o Rio de Janeiro...”. (ROCQUE, 1981: 18)

Concomitante a isso tudo, seu governo tomou decisões políticas e financeiras discutíveis e controversas em defesa, a seu modo, do tão decantado e buscado progresso na região, tomando medidas de incentivo à vinda de imigrantes japoneses, principalmente na região de Tomé-Açu e, sobretudo, fazendo vultosas e generosas concessões ao empresário norte-americano Henri Ford que, então, se propunha a produzir enormes seringais na Amazônia e, dessa maneira, livrar-se do cartel instituído pelos ingleses, a partir de suas colônias produtoras no Sudeste Asiático. Doravante, um dos resultados foi a construção planejada de uma cidade com feições e equipamentos modernos e uma imagem que deveria evocar “civilização” dentro da floresta inóspita e selvagem: era a *Fordlândia*!¹² (DEAN, 1989: 113-114) Dentre os equipamentos que mais conferiam significado de modernidade, “civilização” estava o rádio, a comunicação radiofônica que se realizava léguas adentro da floresta amazônica, comunicando essa fordlândia com centros urbanos como Belém, perfazendo um itinerário sonoro e comunicativo da “floresta” para a cidade, da “planície” para a capital. Muito embora, precisamos dizer que, provavelmente se tratava de um rádio com funções e usos de um meio radiotelegráfico e que essa tal “floresta” era um espaço investido e modificado pelo capital e a engenharia internacional.¹³ Tudo isso era progresso, não importava o preço que se tinha que pagar ou mesmo se haveria algum ressarcimento dos investidores! Esse ideário, essa sedução pelo progresso material, tecnológico e que, por sua vez, é revestido e potencializado como um evento de

¹² Sobre o empreendimento do empresário Henri Ford na Amazônia com a construção de grandes seringais e de uma cidade no interior da floresta, a Fordlândia, conferir o estudo de história ecológica sobre o tema do historiador norte-americano Warren Dean, *A luta pela Borracha: um estudo de história ecológica*.

¹³ Resenha de Gutemberg Armando Diniz Guerra, engenheiro-agrônomo e doutorando na École des Hautes Études em Sciences Sociales, bolsista Capes, publicada em Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.13, nº3, pp. 411-414, 1996, do livro de COSTA, FRANCISCO de A. *Grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência Ford no Tapajós*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1993. 180p.

repercussões políticas foi o que, no nosso entendimento, aproximou o governador Dionísio Bentes do ideário e advento do rádio na Amazônia. Conseqüentemente, antes mesmo de o rádio surgir materialmente e passar a funcionar, as suas ligações com a política e os principais políticos da época no Pará já indicavam um histórico de aproximações futuro.

Ademais, não foi só a história do rádio que apresentou ligações e aproximações com a política, mas também a sua memória. Tivemos o “uso” político da memória do rádio na Amazônia, que se fez inventando ou reinventando tradições, procurando conferir legitimidade ao que é “lembrado” ou omitindo e, às vezes, dando o epíteto da inexistência ao que seria “esquecido”. Dito de outra maneira, as relações sociais e políticas na diacronia dos anos, evocando tensões, disputas, atrelamento e exclusão do poder definem e inventam tradições, constroem e utilizam a memória e elegem ou sacramentam heróis. Os grupos sociais e políticos vitoriosos nas múltiplas arenas da história forjam e transformam a memória e o seu terreno movediço, as tradições. De tal modo, entendo que o nosso personagem, Dionísio Bentes, em quase todas as referências, pós 1930, teve seu nome e sua participação no “esquecimento” no que se referia ao panteão dos fundadores da emissora. Podemos tentar buscar as razões desse “esquecimento” em várias direções, desde a sua possível participação nominal e circunstancial no advento do rádio na Amazônia, até pela considerável ausência de documentos e arquivo sobre essa primeira história do rádio paraense. Embora ambas as razões apresentem um senso razoável de argumentação, a pressuposição e, mais que isso, a provocação que faço da questão, traz o referido “esquecimento” do nome de Dionísio Bentes na memória e mesmo, na história do rádio paraense, como resultado de que ambas, a história e a memória, foram forjadas pelos vitoriosos revolucionários do movimento de 30 no Pará¹⁴. A gênese dessa memória se encontra nas práticas, associações e significados atribuídos e construídos pelos vitoriosos revolucionários civis e militares, intelectuais e políticos ao rádio que “fala e canta para a planície”! O antigo governador Dionísio Bentes representava a política velha, a oligarquia “corrupta”, um passado a ser omitido, desconsiderado, portanto, principalmente para as

¹⁴ Nas pesquisas que fiz, entre jornais e revistas, bem como nos depoimentos de antigos radialistas da Rádio Clube publicados na imprensa, por ocasião das comemorações de aniversário da emissora, principalmente em datas “fechadas” como 2008, 1998, 1988 e 1978, o nome de Dionísio Bentes não foi mencionado, apenas tive registro no livro de Manuel Guiães de Barros, sendo a citação e a “lembrança” do conhecido jornalista Nilo Franco.

imagens de progresso, modernidade, do “novo” que eram associados à Rádio Clube do Pará, seu nome precisava ser esquecido!

Outro construto dessa memória, forjada nos anos 30 e positivada com mudanças nas décadas posteriores, foi esvaziar a história do rádio de seu conteúdo político, de suas ligações políticas e ideológicas, mitificando a rádio como um totem de entretenimento e cultura. Uma das principais propostas deste trabalho é procurar recolocar a política dentro do movimento dialético de ligações com a cultura e o entretenimento do meio radiofônico, tentando dissecar o preâmbulo das conexões entre radiofonia e política na Amazônia, reverberando a importância das práticas sociais e políticas da Amazônia do entre guerras para a trajetória da mídia radiofônica paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manuel Guiães de. *Ah! Essa gente de rádio e televisão...*, Belém-Pará, 1980
- BURKE, Peter e Briggs, Asa. *Uma História Social da Mídia: de Gutemberg à Internet*. 2.ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
- DEAN, Warren. *A luta pela Borracha: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”, São Paulo: EDUC, 1998.
- RIBEIRO, José. *Sobre os mosaicos do inferno*, Ed. Irmãos Pongetti: Rio de Janeiro, 1933.
- ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, SECULT-PA, 1999.
- _____. *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph, 1981.
- VIEIRA, Ruth e Gonçalves, Fátima. *Ligo o rádio para sonhar: a história do rádio no Pará*. Belém: Ed. Prefeitura de Belém, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. “A Fração Blomsbury”, *Revista Plural*, USP, São Paulo, 1º Semestre de 1999, nº 6, PP. 139-168.